



## CONSELHO DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

### ATA DO 110º ENCONTRO DO CONSELHO DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA CTJ

Aos dezessete dias do mês de março de 2017, às nove horas e quinze minutos, deu-se início ao 110º ENCONTRO DO COSELHO DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DO BRASIL – CTJ, na Sala Ministro Costa Manso, na sede do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, sob a condução do Desembargador **Pedro Carlos Bittencourt Marcondes**, Presidente do Conselho dos Tribunais de Justiça, com a presença dos Senhores: Luiz Cláudio Allemand, Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça; e dos Presidentes dos respectivos Tribunais de Justiça: Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, de São Paulo; Maria do Socorro Barreto Santiago, da Bahia; Cleones Carvalho Cunha, do Maranhão; Desembargador Ricardo Ferreira Nunes, do Pará; Leopoldo de Arruda Raposo, de Pernambuco; Mônica Libânio Rocha Bretas, de Minas Gerais; Gilberto Marques Filho, de Goiás; Rui Ramos Ribeiro, do Mato Grosso; Luiz Felipe Silveira Difini, do Rio Grande do Sul; Francisco Gladyson Pontes, do Ceará; Joás de Brito Pereira Filho, da Paraíba; Fábio Clem de Oliveira, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo; Erivan José da Silva Lopes, do Piauí; Expedito Ferreira de Souza, do Rio Grande do Norte; José Antônio Torres Marques, de Santa Catarina; Otávio Leão Praxedes, de Alagoas; Cezário Siqueira Neto, de Sergipe; Flávio Humberto Pascarelli Lopes, do Amazonas; Desembargador Renato Braga Bettega, do Paraná; Denise Castelo Bonfim, do Acre; Divoncir Schreiner Maranhão, do Mato Grosso do Sul; Eurípedes do Carmo Lamounier, de Tocantins; Elaine Cristina Bianchi, de Roraima; Carlos Augusto Tork de Oliveira, do Amapá; Mário Machado Vieira Netto, do Distrito Federal e Territórios; Frederico Ricardo de Almeida Neves, do Pernambuco/Comissão Executiva; José Carlos Malta Marques, de Alagoas/Comissão Executiva; Paulo Roberto Vasconcelos, do Paraná/Comissão Executiva; Luiz Antônio Araújo Mendonça, Secretário-Geral para o 110º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça. O Presidente da Mesa, Des. Pedro Marcondes, deu as boas vindas a todos, aproveitando para registrar a presença do professor Vicente Falconi Campos, que palestrará sobre o tema “Gestão para Resultados e o Papel da Liderança”, e do Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, Dr. Luís Cláudio Allemand. Prosseguiu abordando a grave crise econômica que assola o país e que reflete na realidade dos Tribunais de Justiça, até porque muitos deles possuem orçamento na casa dos bilhões de reais, o que requer, neste atual momento, o controle dos gastos, além da necessidade do juiz hoje em dia ser um gestor da máquina pública. Ao iniciar sua exposição, o palestrante Dr. Vicente Falconi, iniciou a fala informando que gerenciar é gerir os problemas. Comparou a gestão dos tribunais com a de um hospital onde há necessidade de infraestrutura sólida. Citou que atua há 11 anos na gestão do Hospital Albert Einstein, com resultado que vem agradando aos médicos. Indagou aos presentes se haveria alguma pergunta mais específica voltada à gestão dos tribunais, a fim de que a palestra fosse mais produtiva. Dr. Pedro Bittencourt,



## CONSELHO DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

aproveitando a fala do Palestrante, citou que o juiz não precisa ser um técnico, porém deve zelar pelo planejamento. O CNJ, por meio de resolução, determinou aos tribunais de justiça a adoção de um planejamento estratégico, pelo prazo de 5 anos. Por outro lado, o Presidente do Tribunal de Justiça possui um mandato de 2 anos, sendo o orçamento elaborado no ano anterior para ser executado no ano seguinte. Ocorre que, muda-se o presidente e novo gestor acaba cumprindo parte do mandato com o orçamento aprovado antes mesmo de sua gestão. Quando o Presidente eleito começa a conhecer a máquina administrativa, já está quase na metade de seu mandato. Desse modo, indagou ao Palestrante como seria possível alterar esta situação. Em resposta, Dr. Falconi pontuou que um plano nunca é perfeito, mas deve ser colocado em prática, deve existir, sempre de modo coletivo. Vale sempre à pena analisar o plano anual aliado ao planejamento estratégico. Sobre a continuidade, o plano deve ser um instrumento coletivo, conjugando a opinião de todos. Portanto, ressaltou, quando um Presidente chega e outro encerra o mandato, não tem problema, pois todos participaram daquele processo. Há, portanto, necessidade de criar um fluxograma para a contribuição de todos, para orientar o processo de transição. Com a palavra, o Desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, acentuou que no TJSP houve o desenvolvimento do projeto “Gestão Participativa”, em que são recebidas sugestões e críticas a fim de serem tomadas ações administrativas visando a melhoria do serviço. Abordou, ainda, a necessidade de elaboração do relatório de gestão, embora às vezes algumas iniciativas que se perdem diante do gigantismo dos números da Organização, como mais de 700 prédios, 360 desembargadores, 2098 juizes e 43 mil servidores, com o orçamento na casa dos 12 bilhões de reais. São 12 secretarias e todas elas se comunicam, apesar das dificuldades inerentes ao sistema legal de licitação, contratos, aquisição de bens. Prosseguiu afirmando que embora já tenha sido concluído o plano de 2016, está em andamento o plano para execução dos projetos para este ano de 2017. Esses projetos, no âmbito do TJSP, ficam na Unidade de Gerenciamento de Projetos, que está vinculada a Secretaria de Planejamento Estratégico. Ao todo, são 211 ações para serem desenvolvidas, sendo que 73 delas envolvem projetos de informática. Há, também, propostas que são enviadas por parte de juizes e servidores. Abordou a questão da transparência com a comunicação de todas as ações da Presidência aos membros do Poder Judiciário. Dr. Falconi disse estar encantado com a apresentação dos dados. Informou que quando se tem os projetos que entram, há uma ordem de entrada das novas ações, isso sim é planejamento. Des. Milton Nobre perguntou se é válido o Poder Judiciário montar pesquisa de satisfação para montar o seu planejamento. Falconi respondeu que é sempre bom consultar as pessoas. Todas as organizações do mundo existem para servir às pessoas. O Presidente do TJ do Amapá ressaltou a necessidade de se trabalhar com três pilares de gestão: patrimonial, pessoas e judiciária. A própria transição, embora até mesmo regulamentada pelo CNJ, muitas vezes ela é realizada no curso da gestão. Então, gostaria de ouvir do Palestrante sobre essa questão da capacitação dos servidores. Professor Falconi disse que o treinamento deve ser dado todo o dia, com a vontade de um ajudar ao outro, não só através de cursos externos,



## CONSELHO DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

mas também internamente. Elucidando o raciocínio, afirmou que ao ser contratado por uma montadora de veículos, para treinar 2400 pessoas, informou que não faria. Por outro lado, disse que gostaria de treinar a equipe do presidente da montadora, desde que listados os problemas que atingia a empresa. Após, o presidente listou 10 problemas e isso foi muito proveitoso, com treinamento dado para aquelas pessoas que tem metas, problemas a serem resolvidos, com desafios. Portanto, deve-se primeiro nomear as equipes e, em seguida, listar os problemas, para que o treinamento seja bem proveitoso. O Presidente do TJSP falou da experiência local sobre na transição do processo digital, com a implementação de programa de capacitação de servidores – Justiça Bandeirante, que percorre as 10 regiões administrativas do estado, com treinamento permanente. Ressaltou, ainda, que estão sendo iniciadas gestões cartorária e administrativa, em parceria com o SENAC, na cidade de Sorocaba. Presidente do TJ Amapá disse que deve ser introduzida nas Escolas Judiciárias a matéria de gestão, tanto a magistrados quanto aos servidores dos tribunais. Em seguida, o Palestrante recordou trabalho no STF, época do Ministro Nelson Jobim, em que havia um diretor na gestão do STF que, após a aposentadoria do Ministro Jobim, esse mesmo servidor foi para o STJ, a fim de cuidar da infraestrutura daquele Órgão. Ao final, o Conselheiro Allemand então propôs, como forma de auxiliar os tribunais, a criação de um cargo de gestor ou administrador vinculado diretamente à Presidência dos tribunais. Prosseguiu o Dr. Falconi elogiando a prática do Presidente do TJSP com a implementação de programa de capacitação de servidores. Falou a Presidente do TJRR sobre o problema de motivação da equipe. Dr. Falconi respondeu que há muita dificuldade em lidar com isso, tanto no lado público quanto do privado. Falou sobre uma situação em um hospital em Maceió, em que havia uma penúria humana. A equipe de consultores ponderou que deveria ser a retirada dos doentes do corredor, colocando os pacientes nos quartos de forma digna. Focou-se apenas em um indicador, ou seja, o tempo médio de permanência do doente no leito, chegando-se ao número de 12 dias, o que era muito. Após seis meses, essa permanência chegou a 6 dias, o que levou a motivação dos funcionários, que se sensibilizaram e fizeram um rateio para comprar tintas para pintar a parede de um dos andares do hospital. Com tudo isso, retira-se o foco apenas nas questões salariais, elevando-se a motivação de todos. Indagou aos presentes, após a citação da Presidente do TJRR, a razão pela qual as pessoas tem orgulho de colocar a camisa da Polícia Federal, pelo motivo de estar resolvendo os problemas atuais da sociedade. Em outro exemplo, citou exemplos de uma escola, em que houve a transformação com a participação de todos, porém sempre devem ser listados inicialmente os problemas. Em seguida, manifestou-se o Desembargador Presidente do Mato Grosso, sobre como equacionar as dificuldades encontradas para obter bons resultados. Respondeu o Professor Falconi que a equipe deverá ser dividida para trabalhar junto aos problemas, especialmente aquelas que mais conhecem do tema. Gestão é colaboração e não competição. A função da chefia é prover o conhecimento. É um processo coletivo e em busca do conhecimento. Todo processo de resolução de problema é motivador, sempre coletivo. Se houve plano criado por apenas um chefe, acaba-se imediatamente a motivação. O plano deve ser coletivo. Pela Comissão



## CONSELHO DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

Executiva, o Dr. Frederico, citou experiência vivenciada em curso no exterior. Repassa aos seus servidores, pois o juiz enquanto líder, a questão sobre a função que cada um exerce, que a busca da paz entre as pessoas por meio da resolução de um processo. Presidente Gilberto, TJ Goiás, indagou como solucionar todos esses problemas de forma a alcançar os melhores resultados. Professor Falconi sugeriu que o Presidente, junto com a equipe, liste todos os problemas, isso já é gestão. Após citar experiências vivenciadas, resumiu a questão salientando que por primeiro deve-se levantar os principais problemas para, ao final, encontrar a solução. Às 10h52, o Des. Pedro Bittencourt saudou o Palestrante agradecendo a sua participação ao evento. Em seguida, falou sobre a presença do Ministro João Otávio de Noronha, Corregedor Nacional do Conselho Nacional de Justiça, agradecendo a participação não só a este evento, como a outros em que é convidado, neste caso para palestrar sobre o tema “A Atuação da Corregedoria Nacional de Justiça”. Com a palavra, inicialmente, o Ministro saudou todos os presentes, abordando questões sobre o CNJ, que se preocupa com o disposto no §4º, do artigo 103, da Constituição Federal. Discorreu, ainda, o sobre o planejamento que existe, citando os conselheiros do CNJ representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Allemand e Norberto Campelo, que não estão ali apenas compondo a bancada para punir juízes, mas preocupados no planejamento dos tribunais. Citou a autonomia dos tribunais presente no texto constitucional, inclusive o papel do CNJ para assegurar a autonomia do Poder Judiciária, bem como a independência de cada magistrado, blindando o juiz das influências externas, pois possui a sua independência funcional, sem embargo da apuração de excessos. Salientou que o juiz é eminentemente um gestor, no comando da vara, na direção da audiência, ao estabelecer a sua linha de produção. Informou sobre a importância quando assumiu a condução dos trabalhos na Escola Nacional de Formação da Magistratura. Relatou sobre a condução dos trabalhos no CNJ à frente da Corregedoria Nacional de Justiça, especialmente no tocante à condução em relação aos procedimentos administrativos disciplinares. Ressaltou que existe um cadastro de ação que é o Cadastro Nacional de Adoção que é importantíssimo em nosso país. Prosseguiu, ainda, lembrando a todos que deverá ser tratada com muito cuidado essa questão relativa aos menores, com a alimentação correta do cadastro. Informou, em seguida, que todos os Tribunais receberão visita de inspeção, pois há necessidade de se traçar um perfil sobre as instituições. O Ministro também abordou, em linhas gerais, os casos de aposentadoria compulsória, bem como sobre os procedimentos administrativos disciplinares. Disse, ainda, que o CNJ precisa trabalhar o planejamento, especialmente sobre a gestão dos processos nos tribunais. Às 12h10, Des. Pedro Marcondes agradeceu abrindo às perguntas. Presidente do TJ do Amazonas, explicou ao Ministro questões sobre a folha de pagamento. Presidente Erivan do TJ Piauí, solicitando a edição de disciplina para fortalecer as Corregedoria local. Presidente do TJ Goiás, Gilberto Marques, ressaltou grande preocupação com a questão dos juízes que residirem fora da comarca em que atuam. Indagou se seria possível rever esse posicionamento; outra questão seria a fixação de critérios objetivos para promoção por merecimento. Esclareceu o Ministro que a Lei Orgânica da Magistratura trata dessa questão, porém cabe ao Tribunal local rever essas



## CONSELHO DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

questões de forma interna, analisando caso a caso. Em segundo lugar, referente aos cursos, esclareceu o Ministro que irá propor uma revisão à resolução junto ao CNJ, pois essa crítica é justa. O Desembargador Paulo Dimas esclareceu os critérios referentes ao critério de promoção por merecimento no âmbito da Justiça Paulista. O Des. Pedro Marcondes citou exemplo do Tribunal de Justiça Gaúcho sobre seus critérios para avaliar esse tipo de promoção. Ministro Noronha solicitou ao Presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande Sul cópia da citada Resolução para envio aos demais colegas, para conhecimento. Em seguida, falou a Presidente do TJ do Acre, Desembargadora Denise Castelo Bonfim, ressaltando que regularizará ainda hoje a resposta ao ofício da Corregedoria Nacional de Justiça. Presidente do TJRS, Desembargador Luiz Felipe Silveira Difini, ainda sobre o tema de promoção, demonstrando grande preocupação. Ministro Noronha informou que o CNJ atualmente está no momento de revisão de todas as suas Resoluções. Des. Pedro Marcondes deu a palavra ao Vice-Presidente do Maranhão, Desembargador Cleones Carvalho Cunha, informando que a lista foi enviada à Corregedoria do CNJ desde o dia 22 de fevereiro p.p.. Sobre a nova condução das inspeções pelo Ministro, o Des. Cleones informou que já publicou a portaria inclusive no sítio eletrônico do Tribunal. Em seguida, pela Comissão Executiva, falou o Desembargador Frederico Ricardo de Almeida Neves, assinalando a necessidade de analisar situações extremas de exigências de advogados para receber imediato atendimento de juízes. Ao final da exposição, o Des. Pedro Bittencourt saudou o Conselheiro Arnaldo Hossepian, do CNJ, que chegou ao evento, suspendendo para intervalo às 13h00. Às 14h35, Des. Pedro Bittencourt retomou os trabalhos, com palestra do Conselheiro Luis Claudio Allmand, do CNJ, em conjunto com a Dra. Marielza Brandão, Juíza Assessora do TJBA, sobre o tema: “Mediação Digital na Execução Fiscal”. O Conselheiro, de início, agradeceu a todos pelo convite e a oportunidade de dividir ideias, com vistas a buscar algo novo. Explicou que a Lei nº 13.140, que trata do processo de mediação, além de citar que em apenas uma das Varas do TJBA, há 90.000 ações de execução fiscal. Informou, ainda, que projeto já está pronto. Disse, ainda, que apresentará a todos as informações sobre o projeto do Tribunal Federal da 4ª Região, sobre Execução Fiscal federal. O Conselheiro, também, informou que atualmente um processo de Execução Fiscal custa ao Poder Judiciário R\$20 mil. Na sequência, o Desembargador Pedro Bittencourt passou a palavra a Presidente do TJBA que, em linhas gerais, abordou a iniciativa do projeto. Em seguida, para maiores detalhes do procedimento, falou a Dra. Marielza Brandão, Juíza Assessora do TJBA. Des. Pedro Bittencourt explicou que o sentido é de mostrar a ferramenta e a possibilidade de adoção pelos Tribunais, a exemplo do que ocorreu com o Sistema SEI, ferramenta para tramitação dos procedimentos administrativos. Os interessados no programa desenvolvido pelo TJBA poderão procurar a Sra. Carla, do Conselho dos Tribunais de Justiça. Em seguida, abriu às perguntas ao Conselheiro Allemand. A Desembargadora Mônica Libânio Rocha Bretas, de Minas Gerais; citou que o TJMG já conta com o Projeto do Poder Judiciário Eficiente, onde o órgão público cobra o débito fiscal, indagando qual seria a diferença, o que foi explicado pelo Des. Pedro Bittencourt, portanto, um pouco diferente da apresentada pelo Conselheiro Allemand. Sobre a base constitutiva



## CONSELHO DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

referente aos 2%, esclareceu o Conselheiro Allemand que haveria a necessidade de lei própria estadual, bem como outros detalhes, colocando-se à disposição para a entrega do material que contem todos esses detalhes. Ao final, o Desembargador Pedro Bittencourt agradeceu a todos os presentes. Informou que o CTJ conta com uma assessora parlamentar em Brasília/DF, facilitando a aproximação do CTJ com os parlamentares. Citou, ainda, que a servidora do TJMG, Sra. Raquel, vem auxiliando os trabalhos do CTJ. Abordou a importância do Regime de Recuperação Fiscal dos Estados, atualmente em andamento em Brasília, além de outros projetos, um deles referentes à questão que trata dos duodécimos não gastos pelo Judiciário. Des. Pedro Bittencourt informou sobre a emissão de notas técnicas envolvendo o Fundo Especial de Despesas do Poder Judiciário, porém, reconheceu que essa questão requer maior reflexão por parte de todos. O Presidente do TJRS, Desembargador Luiz Felipe Dinifi mostrou-se bastante preocupado com essa questão. Des. Pedro Bittencourt também abordou a questão da PEC que, por exemplo, trata da redução de férias aos magistrados. Após, foi elaborada a Carta de São Paulo, com as conclusões, aprovadas por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, eu Rodrigo Marques de Campos, lavrei esta Ata, que segue assinada pelo Presidente do Conselho dos Tribunais de Justiça, Desembargador Pedro Carlos Bittencourt Marcondes e do Desembargador Luiz Antônio Araújo Mendonça, Secretário-Geral para o 110º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça.



Desembargador **PEDRO CARLOS BITENCOURT MARCONDES**  
Presidente do Conselho dos Tribunais de Justiça



Desembargador **LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA**,  
Secretário-Geral para o 110º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça.



**CONSELHO DOS  
TRIBUNAIS DE JUSTIÇA**

**Assinaturas - 110º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça  
São Paulo/SP.**

Desembargador **PEDRO CARLOS BITENCOURT MARCONDES**  
Presidente do Conselho dos Tribunais de Justiça

Desembargador **PAULO DIMAS DE BELLIS MASCARETTI**  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Desembargadora **MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO**  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

Desembargador **CLEONES CARVALHO CUNHA**  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

Desembargador **RICARDO FERREIRA NUNES**  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Desembargador **LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco



**CONSELHO DOS  
TRIBUNAIS DE JUSTIÇA**

***Assinaturas - 110º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça  
São Paulo/SP.***

Desembargadora **MÔNICA LIBÂNIO ROCHA BRETAS**  
Representante do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Desembargador **GILBERTO MARQUES FILHO**  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Desembargador **RUI RAMOS RIBEIRO**  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso

Desembargador **LUIZ FELIPE SILVEIRA DIFINI**  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul

Desembargador **FRANCISCO GLADYSON PONTES**  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

Desembargador **JOÁS DE BRITO PEREIRA FILHO**  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba



**CONSELHO DOS  
TRIBUNAIS DE JUSTIÇA**

**Assinaturas - 110º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça  
São Paulo/SP.**

Desembargador **FÁBIO CLEM DE OLIVEIRA**  
Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo

Desembargador **ERIVAN JOSÉ DA SILVA LOPES**  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí

Desembargador **EXPEDITO FERREIRA DE SOUZA**  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte

Desembargador **JOSÉ ANTÔNIO TORRES MARQUES**  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina

Desembargador **OTÁVIO LEÃO PRAXEDES**  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas

Desembargador **CEZÁRIO SIQUEIRA NETO**  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe



**CONSELHO DOS  
TRIBUNAIS DE JUSTIÇA**

**Assinaturas - 110º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça  
São Paulo/SP.**



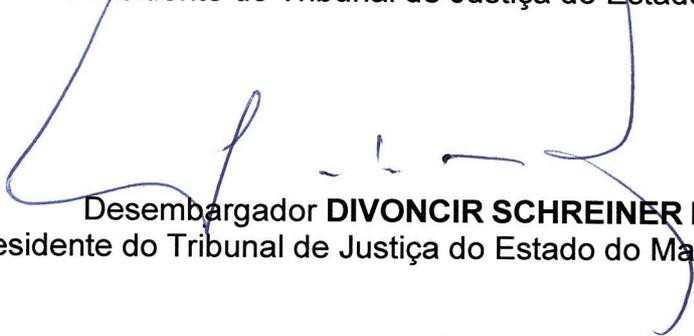
Desembargador **FLÁVIO HUMBERTO PASCARELLI LOPES**  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas



Desembargador **RENATO BRAGA BETTEGA**  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná



Desembargadora **DENISE CASTELO BONFIM**  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Acre



Desembargador **DIVONCIR SCHREINER MARAN**  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul



Desembargador **EURÍPEDES DO CARMO LAMOUNIER**  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins



Desembargadora **ELAINE CRISTINA BIANCHI**  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima



**CONSELHO DOS  
TRIBUNAIS DE JUSTIÇA**

**Assinaturas - 110º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça  
São Paulo/SP.**

Desembargador **CARLOS AUGUSTO TORK DE OLIVEIRA**  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá

Desembargador **MÁRIO MACHADO VIEIRA NETTO**  
Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

Desembargador **FREDERICO RICARDO DE ALMEIDA NEVES**  
Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pernambuco/Comissão Executiva

Desembargador **JOSÉ CARLOS MALTA MARQUES**  
Representante do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas/Comissão Executiva

Desembargador **LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA**  
Secretário-Geral para o 110º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça

**PAULO ROBERTO VARONCELOS**